

Ventos de São
Clemente V
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem



levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.912	7.182	Fornecedores		673	2.504
Contas a receber	7	9.139	4.347	Contas a pagar partes relacionadas	18	108	-
Despesas pagas antecipadamente	8	1.654	715	Empréstimos e financiamentos	10	12.323	7.230
Adiantamento fornecedores		6	1.872	Provisão de ressarcimento	11	1.237	1.237
Outras contas a receber		-	47	Dividendos a Pagar	12	1.022	-
Impostos a recuperar		362	49	Outras contas a pagar		-	118
Total do ativo circulante		24.073	14.212	Obrigações tributárias		694	811
				Total do passivo circulante		16.057	11.900
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	6	4.654	3.609	Empréstimos e financiamentos	10	90.929	98.796
Despesas pagas antecipadamente	8	100	-	Outras contas a pagar		-	1.928
Outras contas a receber		-	1.928	Provisão de ressarcimento	11	1.141	1.141
Imobilizado	9	134.241	140.873	Total do passivo não circulante		92.070	101.865
Intangível		-	1.029				
Total do ativo não circulante		138.995	147.439	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		51.659	53.356
				Reserva de Lucros		3.282	-
				Prejuízos Acumulados		-	(5.470)
				Total do patrimônio líquido		54.941	47.886
Total do ativo		163.068	161.651	Total do passivo e patrimônio líquido		163.068	161.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	14	43.526	34.180
Custo operacionais	15	<u>(18.933)</u>	<u>(13.193)</u>
Lucro Bruto		<u>24.593</u>	<u>20.987</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(988)	(1.016)
Despesas tributárias		<u>-</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>23.605</u>	<u>19.969</u>
Receitas financeiras	17	1.029	488
Despesas financeiras	17	<u>(13.111)</u>	<u>(18.257)</u>
Resultado Financeiro		<u>(12.082)</u>	<u>(17.769)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>11.523</u>	<u>2.200</u>
Imposto de renda	13	(1.160)	(851)
Contribuição social	13	<u>(589)</u>	<u>(454)</u>
Resultado do exercício		<u><u>9.774</u></u>	<u><u>895</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	9.774	895
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>9.774</u>	<u>895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de lucros			Total
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	60.001	(28.275)	-	-	(6.365)	25.361
Integralização de capital	-	24.269	-	-	-	24.269
Redução de Capital Social	(2.639)	-	-	-	-	(2.639)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	895	895
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - (Reapresentado)	57.362	(4.006)	-	-	(5.470)	47.886
Redução de Capital Social	(1.697)	-	-	-	-	(1.697)
Resultado do exercício	-	-	-	-	9.774	9.774
Constituição de reserva legal	-	-	215	-	(215)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.022)	(1.022)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.067	(3.067)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.665	(4.006)	215	3.067	-	54.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	11.523	2.200
Juros sobre financiamentos	8.811	9.913
Custos de captação apropriado ao resultado	877	190
Provisão de ressarcimento	-	2.378
Depreciação e amortização	6.434	6.361
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos recuperáveis	(314)	59
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(1.039)	(715)
Aumento (redução) em fornecedores	(1.831)	(20.318)
(Aumento) redução em outros ativos não circulantes	1.974	(1.928)
(Aumento) redução em contas a receber	(4.792)	(2.323)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	1.865	(1.872)
(Aumento) redução em contas a pagar partes relacionadas	108	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(2.047)	(932)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(271)	(593)
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	21.298	(7.580)
Pagamento de IR e CS	(1.591)	-
Pagamento de encargos financeiros	(8.833)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.874	(7.580)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(1.229)
Baixa de imobilizado	198	2.001
Baixa de intangível	1.029	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.227	772
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Aplicação em fundos vinculados	(1.045)	(3.609)
Pagamento de principal de empréstimos	(3.629)	(6.196)
Redução de capital	(1.697)	(2.639)
Integralização de capital	-	24.269
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(6.371)	11.825
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.730	5.017
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.182	2.165
No fim do exercício	12.912	7.182
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.730	5.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Fortaleza à Avenida Barão de Studart, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, foi constituída em 20 de agosto de 2014 e de acordo com os despachos nº 1.560, de 13 de junho de 2016, e o de nº 1.581, de 14 de junho de 2016, com início da operação comercial a partir do dia 15 de junho de 2016 quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, a partir da fonte eólica Ventos de São Clemente V na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção, e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O parque eólico Clemente V possui capacidade instalada de 29,155 MW¹ e situa-se no sítio Pontais, acesso via BR 424, KM 66,2 S/N - zona rural, no município de Venturosa - PE.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração -Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	7.179
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.347
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	3.609
Total de ativos financeiros			15.137
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	2.504
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	106.026
Total de passivos financeiros			108.530

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impactos materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Balço patrimonial	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Em 31 de dezembro de 2017			
Em milhares de Reais			
Total de ativos	159.780	1.871	161.651
Adiantamento a fornecedores (i)	1	1.871	1.872
Outros ativos não impactados	159.779	-	159.779
Total de passivos	113.765	-	113.765
Total do patrimônio líquido	46.015	1.871	47.886
Prejuízos Acumulados (i)	(7.341)	1.871	(5.470)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo de operação (i)	(15.064)	1.871	(13.193)
Resultado antes das despesas (receitas financeiras líquidas)	329	1.871	2.200
Resultado do exercício	(976)	1.871	895
Resultado abrangente do exercício	(976)	1.871	895

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	329	1.871	2.200
Adiantamento a fornecedores	1	(1.871)	(1.872)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(7.580)	-	(7.580)

(i) Adiantamento a fornecedores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Durante o ano de 2018 a Companhia aderiu ao sistema MCSD. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de

impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para IRPJ e 12% para CSLL para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de

arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

Considerando que as contraprestações dos arrendamentos são calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, e ainda que podem ocorrer oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação preliminar, a Companhia entende que não reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados.

6 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	2.416	2
Aplicações financeiras (a)	<u>10.496</u>	<u>7.180</u>
Total	<u>12.912</u>	<u>7.182</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Santander e Citibank, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 98% CDI referente às aplicações do Santander e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva de dívida	3.132	278
Reserva especial	1.291	3.216
Reserva O&M	231	115
Total	4.654	3.609

Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

7 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
WX Energy Comercializadora de Energia toda	260	-
COMERC Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	537	-
Principal Comercializadora de Energia Ltda	31	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	691	-
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda	743	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	557	-
Câmara de Comercio de Energia Elétrica	6.320	1.088
Demais clientes	-	3.259
Total	9.139	4.347

Todos os títulos em aberto na data de 31/12/2018 estão classificados como a vencer, com exceção do saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que possui regras específicas de comercialização.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
Premios de Seguros a Apropriar	229	-
Fianças e comissões bancárias	1.525	715
Total	1.754	715
Circulante	1.654	715
Não circulante	100	-

9 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	149.318	(16.682)	132.636	140.166
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.729	(124)	1.605	707
Total	151.047	(16.806)	132.241	140.873

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2017	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado					
Máquinas e Equipamentos	140.166	(950)	(198)	(6.382)	132.636
Edificações, obras civis e benfeitorias	707	950	-	(52)	1.605
Total	140.873	-	(198)	(6.434)	134.241

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado					
Máquinas e Equipamentos	148.513	-	(2.001)	(6.346)	140.166
Edificações, obras civis e benfeitorias	523	200	-	(16)	707
Total	149.036	200	(2.001)	(6.362)	140.873

10 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos	2,55% a.a. + TJLP	103.252	106.026
Circulante		12.323	7.230
Não Circulante		90.929	98.796

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	102.119
Juros Pagos	(4.500)
Amortização do Principal	(1.696)
Juros Incorporados a Dívida	9.913
Custo de captação incorrido	190
Saldo em 31 de dezembro de 2017	106.026
Juros Pagos	(8.833)
Amortização do Principal	(3.629)
Juros Incorporados a Dívida	8.811
Incorporação de Custo de captação	877
Saldo em 31 de dezembro de 2018	103.252

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão financeira do projeto, conforme definido no contrato, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e sobre a Companhia, quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas, e qualquer rendimento dessas ações. As SPEs cederam ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas às autorizações de geração de energia e determinados contratos do projetos. Assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPEs.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Ventos de São Clemente Holding S.A., apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos durante o exercício societário de 2018.

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

11 Provisão para ressarcimento

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ressarcimento	<u>2.378</u>	<u>2.378</u>
Circulante	1.237	1.237
Não Circulante	1.141	1.141

A geração de energia dos parques eólicos em exercícios anteriores foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido a ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto ao CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 2018, não houve tal provisão. Em 2017 o montante de ressarcimento registrado foi de R\$ 2.378, sendo R\$ 1.237 como passivo circulante e R\$ 1.141 como passivo não circulante.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 55.665 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 57.362 em 31 de dezembro 2017) e está apresentado por 55.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2018, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas em 31 de maio e 31 de agosto de 2018, o capital foi reduzido no montante de R\$ 1.697, dessa forma em 31 de dezembro de 2018 o capital social integralizado é de R\$ 53.356 (R\$ 51.659 em 31 de dezembro de 2017).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76 até, o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2018 após as destinações, o qual está disponível para deliberações da Assembleia Geral.

13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.749 e (R\$ 1.305 em 31 de dezembro de 2017).

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	45.175	45.175	35.552	35.552
Aliquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.614	5.421	2.844	4.266
Demais receitas	1.123	1.123	656	778
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	1.160	589	851	454

14 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de energia elétrica	45.175	35.552
(-) Deduções da receita bruta		
Pis	(294)	(278)
Cofins	(1.355)	(1.094)
	43.526	34.180

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria e a revenda de energia adquirida para comercialização.

15 Custos de operação

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(6.434)	(6.374)
Compra de energia	(8.803)	(3.500)
Encargos de Transmissão	(1.169)	(2.039)
Serviços de terceiros	(1.096)	(113)
Arrendamentos e aluguéis	(479)	(448)
Seguros	(240)	(117)
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(3)	(161)
Custo com pessoal	(2)	(79)
Taxa de fiscalização ANEEL	(78)	-
Compartilhamento de custos	(523)	-
Gastos diversos	(8)	(111)
Impostos e Taxas	(29)	-
Despesas com material elétrico	(1)	(251)
Despesas com manutenção	(68)	-
	<u>(18.933)</u>	<u>(13.193)</u>

- (a) A rubrica de compra de energia representa o total de compras realizadas no período para atendimento ao MCSD e revenda.

16 Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados por pessoa jurídica	(110)	-
Auditoria Externa	-	(1)
Despesa Associativa	(15)	-
Taxas e emolumentos	-	(12)
Legais, judiciais e publicações	(44)	(41)
Locação de máquinas e equipamentos	-	(1)
Compartilhamento de despesas	(774)	(83)
Juros e Multas	(5)	-
Gastos diversos	-	(827)
Despesas com Pessoal	-	(10)
Despesas com Cartório	-	(41)
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	(40)	-
Total	<u>(988)</u>	<u>(1.016)</u>

17 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas	-	8
Rendimentos de aplicação financeira	1.029	480
Receitas financeiras	1.029	488
Tarifas bancárias	(444)	(8)
Juros Diversos	(59)	(677)
Juros BNDES	(8.811)	(9.914)
IOF	(1)	-
Juros fornecedores	(19)	(3.537)
Multas	(2)	-
Despesa Captação de empréstimos	(877)	-
Comissões e fianças bancárias	(2.898)	(3.914)
Outras Despesas Financeiras	-	(207)
Despesas financeiras	(13.111)	(18.257)

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (a)	108	-
Total	108	-
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(523)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(774)	(83)
Total	(1.297)	(83)

- (a) A Companhia possui despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	12.912	12.912	7.182	7.182
Fundos vinculados	4.654	4.654	3.609	3.609
Contas a receber	9.139	9.139	4.347	4.347
Fornecedores	673	673	2.504	2.504
Financiamentos e debêntures	103.252	103.252	106.026	106.026
Total	130.630	130.630	123.668	123.668

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31/12/2018 Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	673	673	-	-	-
Financiamentos	103.252	12.323	12.323	36.969	41.637
Total	103.925	12.996	12.323	36.969	41.637
31/12/2017 Consolidado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.504	2.504	-	-	-
Financiamentos	106.026	7.230	14.460	28.920	55.416
Total	108.530	9.734	14.460	28.920	55.416

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	2.416	10.496	2	7.180
Fundos vinculados	-	4.654	-	3.609
Contas a receber	9.139	-	4.347	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	673	-	2.504	-
Financiamentos	103.252	-	106.026	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e

aderência aos limites.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao perque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) **Risco de Crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. **Análise de sensibilidade**

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2018	Cenário provável 31/12/2019	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP *	6,5%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI **	6,5%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

	Índice	Saldos em			
		31/12/2018	Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de aumento (passivo)					
Empréstimos e financiamentos	TJLP	103.252	7.186	8.983	10.779
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	15.150	1.076	1.345	1.614

20 Contingências

Até 31 de dezembro de 2018, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Adicionalmente, conforme seus assessores jurídicos, a Companhia possui o montante de R\$ 3.940 classificado como possível de perdas, que se refere ao ISS arbitrado em função de obras no Município de Venturosa.